

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Os autos vieram para manifestação acerca da Impugnação ao Edital do pregão eletrônico nº 001/2024-FMS proposta pela empresa SEBBA MOTORS LTDA.

II-DOS FATOS

Em apertada síntese, a impugnante insurge contra especificações do Edital Pregão Eletrônico nº 001/2024-FMS onde alega cerceamento à competitividade razão do edital prever que o veículo à ser adquirido pela administração, seja no estado de Novo, com primeiro emplacamento para o Município.

Cita a própria impugnante a Lei Nº 6.729/79, conhecida como LEI FERRARI.

Afirma que o posicionamento unanime da jurisprudência acerca do assunto, veda tal premissa, exclusivamente por “em tese”, cercar a competição.

Ao final, pugna pela exclusão da exigência da cláusula prevista no edital.

III-DO MÉRITO

Cumprе pontuar que o princípio da vinculação ou instrumento convocatório está expresso no Art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Para isto, merece consideração esclarecer o referido instituto perquirido, qual seja, o instrumento convocatório. Trata-se do edital e seus anexos. Portanto, conclui-se que é de suma importância a leitura e consideração integral e minuciosa dos citados documentos.

Outrossim, calha destacar que a Administração Pública, na sua atuação, deve pautar-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência, diante o preceito insculpido no Art. 37 da Constituição Federal.

No que se refere á exigência de que o primeiro emplacamento seja feito em nome do Fundo Municipal, não há nenhuma ilegalidade ou afronta a qualquer princípio, posto que a mesma tem previsão na Lei 6.729/1979.

A lei retro citada dispõe que somente o fabricante e as concessionárias podem comercializar veículos novos. Em outras palavras é vedada a venda de veículos novos para revenda, tudo nos termos do art. 1º, 2º, incisos I e II, e da Lei 6.729/1979, conforme abaixo transcrito:

Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por Lei e, no que



não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 2º Consideram-se:

I-produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores;

II-Distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtores e exerce outras funções pertinentes à atividade;

Art. 12 O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente ao consumidor, velada a comercialização para fins de revenda.

Como observa, tem-se que é proibida a revenda de veículo sem a concessão de comercialização, ou seja, sem que seja feita por meio de concessionária. Além do mais instrumento convocatório requer um veículo zero quilômetro com o primeiro emplacamento em nome da administração. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade. Tem-se que somente o fabricante ou concessionário credenciado pode comercializar um veículo de primeiro emplacamento, sendo essa a razão da exigência contida no edital.

Deve ser esclarecido, ainda, que a Lei Ferrari, como é conhecida a lei nº 6.729/1979, disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores, e tem caráter de lei

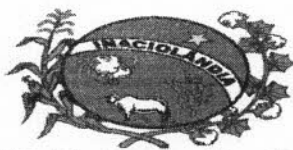
especial, não cabendo, portanto, a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum, com as informações específicas sobre as formalidades e obrigações legais para uma relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores.

Logo, o modelo de comercialização de veículos novos no Brasil, é matéria regulamentada pela Lei nº 6.729/1979, que inclusive a repercute na esfera tributária e seu desrespeito pode afetar a tributação, especialmente do local destino da mercadoria.

Pelo o que fora exposto acima, tem-se que a Lei nº 6.729/79 veda a venda de veículos novos para revendas, com exceção de frotistas e a outros compradores especiais, vide art. 15, II, “b” e “c”, sendo o público alvo principal o consumidor final. Desta forma, não se pode permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras e não enquadradas nas exceções previstas em Lei, pois a Administração não será caracterizada como consumidora final, o que juridicamente foge a definição de veículo novo.

Quando a alegação da impugnante de que o fato de o veículo já ter sido emplacado não afasta a característica de zero quilometro, destaca-se que o Edital impugnado é claro ao exigir em sua especificação, que o veículo deverá ser “Novo e Zero Quilometro”.

Desta, ainda, que caso a Administração Pública permita a participação de empresas não autorizadas pelos fabricantes, poderá incorrer em ofensa aos princípios da legalidade e moralidade, sendo, portanto,



manifestadamente contrários a Lei Ferrari, passíveis das punições previstas na Lei 8.666/93 aplicadas subsidiariamente aos pregões.

Logo, se não é possível o primeiro emplacamento em nome do ente público, não deve a empresa impugnante participar do procedimento licitatório.

Deve ser enfatizado que o concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente ao consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda e que em qualquer outra situação o emplacamento seria caracterizado como de um veículo seminovo. Sendo exceção, somente quando o fabricante e as concessionárias podem comercializar veículos novos, já que apenas esses emitem Nota Fiscal diretamente para a Administração.

Diante todo o exposto, não assiste razão a empresa impugnante haja vista a inexistência da ilegalidade suscitada no edital de certame e mantenho a data definida inicialmente para abertura e julgamento do Pregão.

Como se vê, o objeto a ser licitado no Edital Pregão Eletrônico nº 013/2020 diz respeito à aquisição de veículos novos 0 KM e com primeiro emplacamento em nome do Órgão, no qual há legislação específica e própria a ser seguida: a Lei nº 6.729/1979 (Lei Ferrari) - que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

A referida legislação disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores, citando



os artigos 1º e 2º, que fixam que veículos "zero quilometro" só podem ser comercializados por concessionários. Afirmar ainda que a referida lei, em seu artigo 12, veda a venda de veículos novos para revendas, sendo seu público alvo apenas o consumidor final. Desta forma, ao permitir a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não será caracterizada como consumidora final, descumprindo-se assim o preceito legal.

Acerca do assunto o próprio TCM/GO possui entendimento no sentido da aplicabilidade da Lei Ferrari para o objeto ora licitado, eis:

**ACÓRDÃO AC Nº 03300/2016 - TCMGO -
PLENÁRIO**

Da análise do edital do pregão presencial nº 030/2015 acostado às fls. 13/26, depreende-se que houve expressa exigência no instrumento convocatório que o veículo fosse zero quilômetro, bem como que o primeiro emplacamento fosse realizado no município de Buriti Alegre. Igual exigência consta do termo de referência e minuta do contrato. A discussão fundamental no caso me apreço é a definição de veículo zero quilômetro, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, para, então, saber quem poderia fornecer o objeto licitado, uma vez que o edital não pode se apartar das definições e exigências legais. Nesse diapasão, **cumpra-se destacar a definição de veículo novo adotada pela Deliberação CONTRAN nº 64, de 24 de**



maio de 2008, da seguinte forma: "VEÍCULO NOVO - veículo de tração, ed carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento." Importante também mencionar as disposições da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, também conhecida como Lei Ferrari, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre. (...) Sobre o registro e o licenciamento dos veículos automotores, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9503/97) preceitua: Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da Lei. Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo. Assim, com base nas disposições acima, temos que o primeiro emplacamento só pode ter origem em duas situações, ou pela aquisição do veículo junto ao fabricante, ou pela aquisição do veículo junto à concessionária. Fora desses casos, o emplacamento já

✓



não será de um veículo novo, mas seminovo. Dessa forma, como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionária ou fabricante ao consumidor final, e este, nos termos do art. 120 do CTB, em a obrigação de registrar o veículo perante o órgão executivo de trânsito de seu domicílio ou residência, a conclusão a que se chega é de que o veículo que adquirido do concessionário, para fins de revenda, somente poderá ser transferido ao novo comprador após o seu registro e licenciamento. Assim, este veículo adquirido da revenda, por ser objeto de um segundo emplacamento, não pode ser considerado um veículo novo, mas seminovo, o que desatende as exigências do edital. Registre-se que as empresas não concessionárias e garagistas por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricantes, teriam que comprar o veículo de uma concessionária, registrar, licenciar e emplacar o veículo, para, então, posteriormente, repassá-lo a um terceiro, através do preenchimento do recibo de transferência, também chamado DUT, quando o veículo, obviamente, não será mais considerado novo. Fica claro, assim, que apenas os fabricantes e as concessionárias é que podem comercializar veículos novos, pois emitem a Nota Fiscal diretamente para a Administração Pública que, por

N



sua vez, realizará o primeiro emplacamento do veículo diretamente para o seu nome. Qualquer procedimento diverso, embora possa transmitir uma aparência de regularidade, é irregular e não deve ser considerado válido, por contrariar as orientações dos Órgãos de Trânsito sobre o tema. Com efeito, em obediência aos princípios constitucionais da legalidade e moralidade (art. 37, caput, da CRFB/88), expressamente acolhidos pela Lei nº 8.666/93 e aplicada de forma subsidiária aos pregões (Lei nº 10.520/2002),

Não pode a Administração Pública adotar definição diversa da lei, e, conseqüentemente, permitir a participação dessas empresas nos certames.

Inaciolândia - GO, aos 08 de fevereiro de 2024.


GABRIEL SANTOS NEVES
Pregoeiro